



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº N. 02 AO CONTRATO TRE-RO N. 10/2019.

**TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO TRE-RO N. 10/2019
(EVENTO [0486187](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) TRE-RO
N. [0001014-93.2019.6.22.8000](#)**

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 31/2019

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O TRE-RO E A EMPRESA RG
SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
VIGILANCIA ARMADA - OSTENSIVA,
PREVENTIVA, DIURNA E NOTURNA,
PARA ATENDER A JUSTIÇA ELEITORAL
DE RONDÔNIA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02, com sede na Rua Guiana, 2877, Bairro: Embratel, CEP: 76.820-749, em Porto Velho/RO, Telefone (s): (62) 3923-5350 / (61) 99294-8440, E-mail(s): licitacao@rgvigilancia.com.br ; wandrea.coelho@rgvigilancia.com.br , neste ato representada pelo senhor **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG *****1930/SSP-GO** e do CPF *****.665.891-****, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 561/2023-GABDG, de 22/05/2023 (evento 1012070), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente instrumento, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1) Registrar a REPACTUAÇÃO de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato TRE-RO n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 01/03/2023, em face da homologação Convenção Coletiva de Trabalho - CCT SINTESV/RO – SINDESP/RO 2023/2024 (evento [1004086](#)), conforme detalhamento abaixo e planilhas de composição de custos finais constantes no evento [1006188](#):

Tabela 1: Reflexos da convenção coletiva de 2023/2024, para efeitos desta repactuação:

- a) Reajuste salarial de 6,97% (seis inteiros e noventa e sete centésimos por cento), passando o salário base do vigilante de R\$ 1.497,22 para R\$ 1.601,58, a ser aplicado a partir de 01 março de 2023, conforme Cláusula 3ª da CCT ;
- b) Elevação do custo com auxílio alimentação de R\$ 36,00 para R\$ 38,50, previsto no § 1º da Cláusula 5ª da CCT;
- c) Elevação da assistência médica de R\$ 12,51 para R\$ 13,38, previsto na Cláusula 10ª da CCT;
- d) Elevação do custo mensal com Cesta Básica de R\$ 18,72 para R\$ 20,02, previsto na Cláusula 6ª da CCT;
- e) Elevação no custo com SESMT para R\$ 32,00, previsto no § 1º da Cláusula 8ª da CCT;
- f) Alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

Tabela 2: DIFERENÇA VALORES MENSAIS ATUAIS E REPACTUAÇÃO 2023 (EM R\$)

POSTO DE TRABALHO	VALORES ATUAIS			VALORES C/ REPACTUAÇÃO 2023		
	VALOR MENSAL	VALOR MENSA	VALOR MENSA	VALOR MENSAL	VALOR MENSA	VALOR MENSA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	POR VIGILANT E	L DE 1 POSTO	L DOS 3 POSTOS	POR VIGILANT E	L DE 1 POSTO	L DOS 3 POSTOS
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	5.480,90	10.961,80	32.885,40	5.751,38	11.502,76	34.508,28
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	6.157,58	12.315,16	36.945,48	6.463,88	12.927,76	38.783,28
TOTAL MENSAL		23.276,96	69.830,88		24.430,52	73.291,56
DIFERENÇA R\$						R\$ 3.460,68
PERCENTUAL DE AUMENTO NO VALOR MENSAL DOS POSTOS:						4,96%

Fonte: Informação n. 33/2023/SEAP- Seção de Administração Predial (evento [1006203](#) do Processo Administrativo supramencionado).

2) Alterar os responsáveis pelas Gestão e Fiscalização desta contratação, indicados na Cláusula Décima Segunda do Contrato TRE-RO n. 10/2019 e em sua Subcláusula Primeira, que passarão a ser conforme segue:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização administrativa desta contratação serão realizadas pelo titular da Seção de Segurança Institucional– SSI (E-mail ssi@tre-ro.jus.br e Telefone: 69 3211-2247), com o auxílio dos servidores lotados na referida Seção.

Subcláusula Primeira – A fiscalização técnica da execução do objeto será assim exercida conforme a seguir:

I - Posto de vigilância do Prédio Sede – pelo titular da Seção de Segurança Institucional– SSI do TRE-RO;

II - Posto de vigilância do Fórum Eleitoral – pelo chefe de cartório responsável pela Administração do Fórum Eleitoral de Porto Velho; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Posto de vigilância da Seção de Transportes/Estacionamento – pelo titular da Seção de Segurança Institucional– SSI.

3) Incluir a Cláusula Vigésima Segunda no Contrato TRE-RO n. 10/2019 com o seguinte texto, para constar a obrigação de observância à lei Geral de Proteção de Dados:

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativa que eventualmente venham a ser firmados, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de **suboperação** firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Os Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações, convênios ou instrumentos congêneres de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverão ser comunicados à autoridade nacional referida.

Subcláusula Primeira – No evento [1006203](#) e no evento [1008962](#) do Processo correspondente a unidade gestora apresenta as informações detalhadas que motivaram a lavratura do presente Termo Aditivo.

Subcláusula Segunda – As planilhas de composição de custos finais referentes à repactuação 2023/2024 constam no evento [1006188](#), do Processo Administrativo respectivo.

Subcláusula Terceira – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor TOTAL estimado deste termo aditivo é R\$ 71.866,79 (setenta e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos), correspondente à atualização contratual de 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento) decorrente do impacto neste Contrato da repactuação 2023, conforme a seguir detalhado:

Tabela 3: ATUALIZAÇÃO DO CONTRATO N. 10/2020 COM A REPACTUAÇÃO DE 2023 - CCT 2023/2024		
Valor Atual do Contrato		R\$ 1.886.155,81
Valor atual mensal dos postos	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2023	Valor do saldo atual do Contrato
R\$ 69.830,88	20 meses e 23 dias	R\$ 1.450.154,61
Novo valor mensal dos postos c/ repactuação de 2023	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2023	Valor atualizado do saldo do Contrato
R\$ 73.291,56	20 meses e 23 dias	R\$ 1.522.021,40
VALOR DA REPACTUAÇÃO DE 2023		R\$ 71.866,79



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO	3,81%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2023	R\$ 1.958.022,60

Fonte: Informação n. 33/2023/SEAP- Seção de Administração Predial (evento [1006203](#) do Processo Administrativo supramencionado).

Subcláusula Primeira – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 1.958.022,60, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.

Subcláusula Segunda – A Contratada deverá apresentar fatura complementar contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação à repactuação registrada neste instrumento.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante reforço da Nota de Empenho principal (2023NE000148), caso necessário.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA- Nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, para assegurar a plena execução do presente ajuste a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 3.593,34 (três mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da nova vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 12 do Decreto Federal n. 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1.563/2004 - Plenário, no artigo 54 da IN SLTI/MPOG n. 005/2017 e na Cláusula Décima Oitava do contrato originário (repactuação); com fundamento no art. 60 c/c art. 67, da Lei n. 8/666/1993 (alteração de gestor/fiscal); e com fundamento na Lei 13.709/2018 (LGPD).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores e o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato em referência, como se nele estivesse transcrito.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEXTA - O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Termo Aditivo mediante assinatura pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, maio de 2023.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 10/2019/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 10/2019 (assinado em 11/12/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0486187). Vigência de 30 meses, a contar de 23/12/2019. Valor: R\$ 1.785.099,60. (Garantia: R\$ 89.254,98)	R\$ 1.785.099,60	-
Apostila n. 01 (assinada em 22/12/2020) – Volume IX do PA (evento n. 0643926).	R\$ 75.927,50	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Repactuação CCT 2020/2022 (6,14% sobre o valor mensal dos postos, correspondente a 4,25% sobre o contrato, a contar de 01/10/2020).</p> <p>Valor: R\$ 75.927,50.</p> <p>(Garantia: R\$ 3.796,37)</p>		
<p>Termo Aditivo n. 01 (assinado em 05/05/2022) – Volume XI do PA (evento n. 0824578).</p> <ol style="list-style-type: none">1. Repactuação CCT 2022/2023 (10,56% sobre o valor mensal dos postos, correspondente a 1,35% sobre o contrato, a contar de 01/03/2022), Valor: R\$ 25.128,71; e2. Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 24/06/2022 a 23/12/2024. Valor total: R\$ 2.063.817,00. <p>(Garantia: R\$ 104.447,28)</p>	R\$ 2.088.945,71	-
<p>Termo Aditivo n. 02 (assinado em 05/05/2023) – Volume XIII do PA (evento n. 1015803).</p> <ol style="list-style-type: none">1. Repactuação CCT 2023/2024 (4,96% sobre o valor mensal dos postos, correspondente a 3,81% sobre o contrato, a contar de 01/03/2023), Valor: R\$ 71.866,79;2. Alterar os responsáveis pelas Gestão e Fiscalização desta contratação para a SSI; e3. Inclusão de cláusula sobre a LGPD. <p>(Garantia: R\$ 3.593,34)</p>	R\$ 71.866,79	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2023, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 31/05/2023, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/05/2023, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 01/06/2023, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015803** e o código CRC **6C5FFDDD**.

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional (SSI)

ASSUNTO: Repactuação - Contrato nº 10/2019 Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva. Empresa: **RG Segurança e Vigilância Ltda.**
Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 104 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de pedido de repactuação do ano de 2023 ao Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)), qual seja, Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa **RG Segurança e Vigilância Ltda.**

02. Por meio da informação nº 33/2023 – SSI ([1006203](#)), a Seção de Segurança Institucional – (SSI) - unidade Gestora do Contrato, comunica o pedido de repactuação feito pela empresa contratada **RG Segurança e Vigilância Ltda** ([1004076](#) e [1004078](#)) com fundamento na nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, CCT 2023/2024 ([1004086](#)), por meio da qual se demonstra a elevação dos salários, do auxílio alimentação, da assistência médica, do custo mensal com a cesta básica e elevação no custo com SESMT, além de alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais, carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas e lucro.

03. Noticia ainda a Seção de Segurança Institucional (SSI) que a contratada encaminhou as Planilhas de Custos e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno (evento [1004080](#)), bem como a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 (evento [1004086](#)). Contudo, após análise por parte da SSI, houve reparos nos cálculos e valores apresentados pela empresa **RG Segurança e Vigilância Ltda** para repactuação, o que gerou nova Planilha de Custos e Formação de Preços acostada no evento ([1006188](#)), sendo devidamente apresentada e admitida pela contratada que concordou com os valores propostos pela SSI, conforme e-mail ([1004890](#)). Por fim, informa que não haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho n. 2019NE000088.

04. Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada e aplicados os devidos reparos, a Seção de Segurança Institucional – (SSI) registrou que com a repactuação de 2023, o valor total do contrato passará de R\$ 1.886.155,81 para R\$ 1.958.022,60, o que significa a majoração na ordem de **3,81% (sete, vírgula quinze por cento)** no valor total dos serviços contratados ([1006203](#)).

05. Por meio do despacho n. 944/2023 da lavra do GABSAOFC ([1006345](#)), o feito foi remetido à SECONT para elaboração de minuta de aditivo contratual e a esta Assessoria para análise jurídica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Elaborada a minuta de Termo Aditivo, a SECONT juntou o instrumento no evento ([1010298](#)). Por fim, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação da minuta citada ([1010298](#)).

É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Inicialmente, registra-se que várias são as orientações do Tribunal de Contas da União a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU n. 474/2005 – Plenário e 1563/2004 - Plenário.

08. Veja-se, ainda, nesse sentido, o art. 55 da IN/MPDG n. 05/2017 - aplicável ao regime jurídico da Lei n. 8.666/93 e que teve sua aplicação autorizada pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 98, de 26/12/2022 também ao regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 - a saber:

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

09. Assim, na esteira do Acórdão Plenário n. 1.574/2015, da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017 e com fulcro na análise técnica da gestão contratual (Informação nº 33 – [1006203](#)), parecem aplicáveis as regras da repactuação registradas no Contrato Administrativo n. 10/2019 ([0486187](#)), o qual prevê expressamente as situações de repactuação nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo dos contratos, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Oitava** do ajuste.

10. Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, além de outras verbas descritas no item 3 do relatório deste parecer, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação e na análise da unidade gestora da contratação, com previsão expressa no art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/2018, Acórdão Plenário TCU 1.563/2004 e no art. 54 da IN/MPDG n. 05/2017, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusulas contratuais.

11. Deferida a repactuação aqui analisada, entende-se que a majoração dos valores contratados para os postos de trabalho constantes do contrato originário é devida desde a data de início da data base da CCT em comento ([1004086](#)), qual seja, 01/03/2023. Nesse compasso, o período está albergado pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN/MPDG n. 05/2017**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da Cláusula Décima Oitava, in verbis:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. (negriotou-se)

12. In casu, para os serviços prestados até a presente data a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN/MPDG n. 05/2017**, verbiis:

Parágrafo único - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

III - ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO ADITIVO

13. Juntou-se aos autos a minuta de 2º do Termo Aditivo 2/2023 ([1010298](#)) para registro dos atos da repactuação na CLÁUSULA PRIMEIRA, assim como da alteração da unidade gestora do contrato. Os novos valores contratuais e seus desdobramentos foram descritos nas CLÁUSULAS SEGUNDA a QUINTA. Ressalte-se que o Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)) estabeleceu o encargo de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, in verbis:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 89.254,98** (oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato

(...)

14. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)

15. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela **Cláusula Nona** do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Sexta da minuta constante do evento ([1010298](#)).

IV – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, com fulcro nos elementos existentes nos autos, principalmente no teor da informação proferida pela Seção de Segurança Institucional – (SSI) - unidade gestora do contrato ([1006203](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

despesa no exercício corrente (Nota de Empenho 2019NE000088.), opina esta Assessoria Jurídica:

a) Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nessses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

b) pelo **deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados pela unidade gestora ([1006203](#)) e planilha de cálculo ([1006188](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 ([1004086](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18**, pelo **Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário** e pelo **art. 54 da IN/MPDG n. 05/2017**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **Cláusula Décima Oitava** do Contrato nº 10/2019;

c) pela consequente **atualização dos valores** do Contrato nº 10/2019, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em sua Informação e planilhas de cálculos das repactuações;

d) pela observância de que como a repactuação pleiteada é retroativa a **1º de março de 2023, data base da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024** ([1004086](#)), a Administração apenas arcará financeiramente com a **diferença entre os valores já pagos à contratada**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN/MPDG n. 05/2017.

17. Verifica-se que o termo da Minuta de Aditivo Contratual carreado aos autos ([1010298](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, **para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica aprova os referidos termos.** Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, com previsão na subcláusula quinta da cláusula nona do contrato n. 10/2019.

18. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TER-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

Holanda, Assistente Jurídico, em 18/05/2023, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor**

Jurídico, em 18/05/2023, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1010553** e o código CRC **77F2A5CE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional (SSI)

ASSUNTO: Minuta de aditivo contratual - Repactuação - Contrato nº 10/2019
Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva. Empresa: **RG
Segurança e Vigilância Ltda.** Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 112 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de pedido de repactuação do ano de 2023 ao Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)), qual seja, Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa **RG Segurança e Vigilância Ltda.**

02. Os fundamentos da repactuação foram analisados por esta unidade no **parecer jurídico n. 104/2023** ([1010553](#)). Autorizado o ato pela autoridade administrativa ([1012070](#)), por meio do despacho n. 944/2023, o titular da SAOFC ([1006345](#)), o feito foi remetido à SECONT para elaboração de minuta de aditivo contratual e a esta Assessoria para análise jurídica. A **SECONT**, por sua vez, detectou na minuta ([1010298](#)) a falta de inserção de informações referentes à proteção de dados pessoais decorrentes da obrigação imposta pela Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e juntou ao processo nova minuta de Termo Aditivo ([1013494](#)) para reanálise desta Assessoria Jurídica ([1013496](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

03. Juntou-se aos autos a nova minuta do Termo Aditivo ([1013494](#)). Como informado pela SECONT, conforme acordo entre o Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD) e o Grupo de Trabalho Técnico de Proteção de Dados (GTTPD), foi realizada **alteração** visando à inclusão da cláusula “**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**” disciplinada pela **Lei n. 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dados pessoais nas contratações do TRE-RO. A nova regra não merece qualquer reparo, haja vista que tem supedâneo em texto legal expresso.

III - CONCLUSÃO

04. Pelo exposto, trazendo a este as conclusões do **Parecer Jurídico n. 104/2023 (1010553)**, esta Assessoria Jurídica constata que a nova Minuta do Termo Aditivo Contratual n. 02 carreado aos autos (**1010298**), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, **para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica aprova os referidos termos.**

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 29/05/2023, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1014225** e o código CRC **7EB6EEED**.

0001014-93.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI

ASSUNTO: Repactuação - Contrato n. 10/2019 Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva. Empresa: RG Segurança e Vigilância Ltda.

DESPACHO Nº 561 / 2023 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 10/2019 ([0486187](#)), com vigência para o período de 24/06/2022 até 23/12/2024, consoante o Termo Aditivo n. 1 ao referido contrato ([0824578](#)), portanto em plena vigência.

Por meio da Informação n. 33 ([1006203](#)), a Seção de Segurança Institucional - unidade gestora do contrato - comunicou o pedido de repactuação feito pela empresa contratada, com fundamento na nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, CCT 2023/2024 ([1004086](#)), por meio da qual se demonstra a elevação dos salários, do auxílio alimentação, da assistência médica, do custo mensal com a cesta básica e elevação no custo com SESMT, além de alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais, carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas e lucro.

A contratada encaminhou, ademais, as Planilhas de Custos e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno ([1006188](#)), contendo os necessários ajustes apontados pela SSI ([1004890](#)). Para suporte do valor da repactuação para o exercício de 2023 não haverá necessidade de reforço na Nota de Empenho 2023NE000148, segundo consta na Informação 33/2023/PRES/SSI ([1006203](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 2 ([1010298](#)) ao referido contrato e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pelo deferimento da repactuação pretendida; pela atualização dos valores do Contrato, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em sua Informação e planilhas de cálculos das repactuações; pelo pagamento da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da IN/MPDG n. 05/2017; e pela necessária atualização da garantia contratual, consoante o Parecer Jurídico n. 104/2023 - AJSAOFC ([1010553](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento da repactuação de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato TRE-RO n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 1º/03/2023; pela atualização do valor do Contrato, fixando seu novo valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em R\$ 1.958.022,60 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil vinte e dois reais e sessenta centavos); e pela complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 \(1011907\)](#).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, verifica-se que o pedido de repactuação é decorrente da majoração dos salários da categoria e dos seus direitos trabalhistas, advindos da publicação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria - CCT 2023/2024 ([1004086](#)) celebrada entre o sindicato dos vigilantes do Estado de Rondônia (sindicato classista) e o sindicato das empresas prestadoras de serviços de vigilância (sindicato patronal), com vigência prevista para o período de 1º/03/2023 a 28/02/2024.

Emerge dos autos que, no momento da formalização do pedido, também juntou a contratada as Planilhas de Custo e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno ([1004080](#)), bem como a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 ([1004086](#)). Após análise pela SSI, houve reparos nos cálculos e valores apresentados, o que gerou a Planilhas de Custo e Formação de Preços do evento n. [1006188](#), a qual foi apresentada à contratada que concordou com os valores propostos, conforme e-mail do evento n. [1004890](#).

Verifica-se também que, embora a convenção coletiva de trabalho, que se constitui fato gerador da repactuação, tenha sido celebrada em 15/03/2023, seus efeitos retroagem à data-base da categoria, que é 1º de março, sendo, portanto, 1º/03/2023 a data de início de vigência deste novo ajuste, nos termos do inciso III do art. 58 da IN MPOG/SLTI n. 005/17, que também atende ao princípio da anualidade, consagrado do art. 56, c/c o art. 58, inciso III, da mencionada Instrução Normativa.

Encontram-se, portanto, atendidos os requisitos para esta repactuação, nos termos do Contrato e da citada Instrução Normativa, como igualmente concluído pela Assessoria Jurídica.

Ante o exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e contratuais para a repactuação do ajuste:

1 - AUTORIZO O REGISTRO da repactuação de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato TRE-RO n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), nos exatos termos demonstrados na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informação da unidade gestora ([1006203](#)) e nas planilhas de composição de custos finais ([1006188](#)), em face da homologação Convenção Coletiva de Trabalho - CCT SINTESV/RO – SINDESP/RO 2023/2024 ([1004086](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/18, no Acórdão TCU n. 1.563/2004 - Plenário, no art. 54 da IN SLTI/MPOG n. 005/17 e na Cláusula DÉCIMA OITAVA do referido contrato ([0812075](#)), retroativa a 1º/3/2023, e o PAGAMENTO DA DIFERENÇA entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI n. 005/17;

2 - DETERMINO a consequente atualização do valor do Contrato n. 10/2019 no percentual de 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento), fixando seu novo valor em R\$ 1.958.022,60 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil vinte e dois reais e sessenta centavos), nos termos da Informação n. 33/2023 - SSI ([1006203](#));

3 - DETERMINO a notificação da Contratada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 3.593,34 (três mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da nova vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

4 - DETERMINO a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/05/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012070** e o código CRC **06C9A208**.